

## QUALIDADE EDUCACIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS CEARENSES

Ester Olimpio Mendonça<sup>1</sup>  
Jamille da Costa Oliveira<sup>2</sup>  
Antonia Luana Silva Ferreira<sup>3</sup>  
Márcia Eduarda da Silva Alves<sup>4</sup>  
Cleidimar Rodrigues de Sousa Lima<sup>5</sup>

### RESUMO

Esse artigo tem como finalidade analisar a realidade educacional vigente em algumas escolas do Estado do Ceará, tomando em conta as leis educacionais que regem a educação no país. Para a produção desse trabalho utilizamos como base teórica Assunção (2007), Coelho (2012), Constituição Federal do Brasil (1998), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Lück (2009), Neves (1996), Rodrigues (2006), entre outros. Nesta pesquisa utilizamos as abordagens quantitativa e qualitativa dando ênfase descritiva e exploratória ao estudo em questão, buscando depreender aspectos de uma realidade já estabelecida. A pesquisa foi realizada em cinco instituições em três cidades diferentes e um distrito, sendo considerados como sujeitos desta pesquisa os coordenadores e gestores atuantes nessas escolas públicas. Foi possível constatar que a educação está longe do prometido nas leis, contudo, observamos o esforço das escolas e dos profissionais na promoção de um ensino de qualidade, apesar de todas as dificuldades diárias enfrentadas diante do sistema educacional brasileiro.

**Palavras-chave:** Escolas públicas, Leis educacionais, Qualidade do processo de ensino-aprendizagem, Dificuldades nas condições de trabalho.

### INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi realizada com o intuito de analisar as políticas de ensino de 5 escolas públicas cearenses localizadas nas cidades de Sobral, Frecheirinha e Cariré para averiguar se as mesmas correspondem ao que estar amparado nas leis educacionais estudadas durante a disciplina de Fundamentos Legais e Estruturais da Educação Brasileira ministrada pela Dr.<sup>a</sup> Cleidimar Rodrigues no Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e expor as carências que ainda precisam ser sanadas para alcançar uma educação de qualidade no país. Por meio dessa investigação foi possível conhecermos brevemente as escolas, as metodologias utilizadas pela docência e como o município tem se preocupado em

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, [grandeesterolimpio@gmail.com](mailto:grandeesterolimpio@gmail.com);

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, [jamillebonini@gmail.com](mailto:jamillebonini@gmail.com);

<sup>3</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, [luanacarire@gmail.com](mailto:luanacarire@gmail.com);

<sup>4</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, [eduardaalves0107@gmail.com](mailto:eduardaalves0107@gmail.com);

<sup>5</sup>Professor Orientador: Doutora em História pela UFMG, Advogada, e-mail: [cleidimary@hotmail.com](mailto:cleidimary@hotmail.com)

promover ambientes confortáveis e adequados para o desenvolvimento físico, intelectual e social de todos os alunos.

Na pesquisa ainda pôde-se analisar o PPP (Projeto Político Pedagógico) de uma das escolas, visto que as demais não disponibilizaram-no aos pesquisadores. Obtemos então, informações sobre os trabalhos durante o ano letivo, os objetivos da escola, suas competências desenvolvidas a cada série, a maneira como os conteúdos são ensinados. O Projeto Político Pedagógico deve ser flexível, levando em consideração a realidade social, cultural e econômica do local onde está inserida.

Foram consultados diversos autores, como Assunção (2007), Coelho (2012), Constituição Federal do Brasil (1998), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Lück (2009), Neves (1996), Rodrigues (2006), assim como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) por meio do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como ferramenta de embasamento institucionalizado para uma boa compreensão das ideias, e compartilhamento de direitos não cumpridos perante a lei.

A educação no Brasil é direito de todos de forma obrigatória e gratuita, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1998, tendo a mesma em seus princípios o acesso, e a permanência do aluno nas escolas, assim como um padrão de qualidade, pois visa o pleno desenvolvimento de seus cidadãos.

Sendo assim o presente trabalho tem como objetivo identificar aspectos inerentes aos processos de qualidade da escola pública cearense, constatando como ocorre nas escolas pesquisadas, o atendimento especializado para alunos com deficiência, a educação inclusiva por meio da estrutura e práticas pedagógicas, assim como a contratação e formação dos professores que atuam na instituição, a interação das escolas com as famílias no cuidado com a formação e permanência dos filhos na instituição, o auxílio do gestor aos professores no trabalho pedagógico, além da existência de programas e projetos que proporcione aos alunos atividades e situações fora da sala de aula mantendo dessa forma os mesmo em seus estudos e fora das ruas, bem como se a escola está de acordo com os termos educacionais assegurados pela Constituição Federal do país, e de que maneira a formação docente deve preparar os futuros pedagogos para os desafios e possibilidades das escolas públicas da atualidade.

O presente estudo traz as mais significativas e possíveis contribuições ao mundo acadêmico, pois percebe-se que essas ações investigativas trazem o cenário das escolas cearenses, que buscam incessantemente melhoria no ensino, isso nos instiga a refletir sobre a

nossa formação e sobre nossas ações quando ingressarmos na docência diante de um governo altamente escrupuloso. Em questão a corrupção, nossas lideranças tem nos mostrado que devemos desenvolver pensamentos e comportamentos éticos, além de elegermos candidatos comprometidos em fortalecer e colocar em prática as condutas previstas em lei para o beneficiamento da população em geral.

## **METODOLOGIA**

O trabalho realizado aborda uma pesquisa qualitativa o qual fez uso de dados descritivos buscando compreender questões específicas do objeto de estudo. (NEVES, 1996), contudo tratate-se também de uma pesquisa quatitativa pois, foi feito uso também de recursos estatísticos do INEP. Além disso a investigação realizada, trata-se ainda de um estudo de caso tendo a pesquisa um enfoque do tipo exploratório, por está iniciando a pesquisa do tema, além de manter-se aberta as suas descobertas, buscando compreender as dimensões de uma determinada realidade em específico.

A pesquisa foi realizada em 5 instituições no qual o publico-alvo é a educação infantil e o ensino fundamental, sendo localizadas nas cidades de Sobral, Cariré e Frecheirinha do Estado do Ceará.

Situada na região Norte do Ceará, nascida em 1841, a 235 quilômetros de Fortaleza, a cidade de Sobral ficou conhecida internacionalmente por ter sido o primeiro local de comprovação da teoria da relatividade geral, de Albert Einstein após um grupo de cientistas terem acompanhado um eclipse solar total em 1919.

Segundo a lista de municípios do Brasil do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Sobral possui a melhor educação básica do Brasil, visto que a média da cidade no mesmo é 9.1, em decorrência das notas altas e crescentes de seus alunos nos exames nacionais.

Sobral é a cidade de 3 das escolas investigadas, sedo a primeira de ensino fundamental José da Matta e Silva, localizada na Avenida Doutor José Arimatéia Monte e Silva, no Bairro Campos dos Velhos. CEP: 62030-230. A instituição municipal segundo dados do INEP em 2018, atende a 791 alunos nos anos iniciais, ou seja do 1º ao 5º ano, sendo 45 destes, alunos especiais; conta também com o apoio de 65 funcionais e sua estrutura é limpa e conservada, com salas de aula e biblioteca climatizadas, todavia não possui ainda um laboratório de informática. Ademais trata-se de uma escola modelo, por ter sido considerada “nota dez” várias vezes nas avaliações externas do 3º e 5º ano.

O Centro de Educação Infantil Dolores Lustosa, também se localiza na cidade de Sobral, na qual é sediada na Rua Raimundo Nonato dos Santos, no Bairro Dr. José Euclides Ferreira Gomes. Tendo por finalidade ministrar a educação infantil atende crianças de 0 a 5 anos de idade e tem cerca de 597 alunos matriculados na instituição.

Além das escolas já citadas há ainda na cidade de Sobral, a Escola Coronel José Leôncio EFEI criada em 21 de agosto de 1997, localizada na zona rural, no distrito de Baracho, atendendo aos filhos de operários, agricultores e autônomos. A escola também necessita de melhorias, como a construção de uma quadra esportiva para atender melhor os alunos na aula de Educação Física. A escola possui uma Extensão Creche Inez Maria do Espírito Santo que precisa de melhoria em sua estrutura física. Trabalham com embasamento nas teorias do Construtivismo e Interacionismo seguindo descritores, ou seja, competências a serem alcançadas

No Noroeste cearense, na região de Sobral, Cariré é formado por sua sede e pelos distritos de Arariús, Cacimbas, Jucá, Tapuio e outras pequenas localidades. A cidade está distante de Fortaleza 268 km e tem sua economia baseada no setor primário. Todavia a região conta com indústrias tradicionais, nas áreas de alimentos, vestuário e cerâmica.

Na cidade de Cariré a pesquisa foi realizada na Escola Francisco Hermínio Ponte que está localizada na Rua Raimundo Martins, SN, Fórum. CEP: 62184-000. A instituição municipal possui 34 funcionários e 312 alunos (segundo dados do Censo Escolar de 2018) divididos em 14 salas, sendo atendidos nos turnos matutino e vespertino. Sua estrutura conta com sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, quadra de esportes coberta, cozinha, biblioteca, sala de leitura, parque infantil, banheiros, secretária, refeitório, despensa, almoxarifado, auditório climatizado, pátio coberto e descoberto e uma área verde. A instituição é considerada uma das melhores da região e mantém sua potencialidade, sendo premiada anualmente como escola nota dez.

Já no Município de Frecheirinha que é localizado a 60 km de Sobral, e obteve no ano de 2017 a nota de 7,9 no IDEB, é onde encontra-se a Creche Inês Edite Pontes, situada no centro da cidade, na qual atende a educação infantil. De acordo com dados fornecidos pelo INEP do ano de 2018, ela possui 269 alunos que estão entre creche, pré escola e educação especial e conta com 28 funcionários. Em sua estrutura dispõe somente com salas regulares, uma sala de atendimento especial, secretária, banheiros e um pátio. Nota-se a ausência de biblioteca, laboratórios, quadra, sala dos professores e sala exclusiva para diretor, logo, percebe-se que é uma escola simples sem muitos recursos, mas que é proveitosa na medida do possível, em que é conservada, limpa e organizada.

Foram durante o mês de agosto de 2019 em que se ocorreu a investigação. Conta-se com 7 sujeitos, sendo 5 coordenadores pedagógicos e 2 gestores das instituições. Estes sujeitos foram selecionados através dos objetivos da pesquisa, em que os mesmos poderão nos auxiliar a compreendermos efetivamente o que é pretendido. Os coordenadores pedagógicos e os gestores trataram de uma forma ampla e geral sua instituição em diversas áreas.

Aplicamos como ferramenta de pesquisa entrevistas estruturas, que nos possibilitaram por meio de questionários disponibilizados aos coordenadores conhecer brevemente as escolas, as metodologias utilizadas pela docência e como o município tem se preocupado em promover ambientes confortáveis e adequados para o desenvolvimento físico, intelectual e social de todos os alunos.

Ainda, asseguramos que a execução deste trabalho será feito respeitando os valores éticos e aceitando cumprir a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, em que protege os direitos humanos, os garantindo sigilo para que não haja possibilidade de qualquer infortúnio aos incluídos. (BRASIL, 2016)

## **A REALIDADE EDUCACIONAL VIGENTE EM COMPARAÇÃO COM AS PERSPECTIVAS ESPERADAS**

As políticas governamentais que dirige nossa sociedade atualmente defende o direito a todos os cidadãos desfrutarem de uma educação de qualidade e inclusiva. De acordo com Rodrigues (2006) a concepção de inclusão no ambiente escolar demanda logo de início a renúncia da exclusão de qualquer discente por suas especificidades nas instituições de ensino.

Contudo, sobre alguns dos problemas que ainda permeia nosso sistema educacional, é necessário o desenvolvimento de práticas que realmente promovam uma assistência adequada nas instituições, já que, Segundo Assunção (2007) deve haver uma modificação e elaboração de novas metodologias que se alicerce na política inclusiva para aprimorar a educação proporcionada nas escolas, sendo necessário que as mesmas invistam na acessibilidade estrutural do ambiente para atender as especificidades de cada discente.

Piaget (1896 - 1989) defende que as estruturas do pensamento são produto de uma construção contínua do sujeito que interage com o meio, sendo ativo no seu próprio desenvolvimento cognitivo, é fundamental que o indivíduo seja estruturado no exercício da democracia e aprenda a exercê-lo dignamente, assim o mesmo se constrói. Visto que a Constituição Federal nos traz uma série de deveres e direitos a serem exercidos na educação e na sociedade.

Tendo em vista o direito a educação, seu acesso e permanência, Coelho (2012) defende que a ampliação da jornada escolar é enriquecedora para o desenvolvimento sociocultural do aluno, ademais não se limita a somente isso, previne vários fatores negativos, como por exemplo: se aquele devido aluno estivesse na rua sendo exposto a perigos e ações que afetam seu futuro como o uso de drogas, a sua permanência na escola não chegaria ao um longo período de tempo, por isso a importância de projetos e programas nos contra turno na instituição.

De acordo com Lück (2009), a educação se dá por coletividade social, em que todos possam participar, incluindo a comunidade e a família, em busca de uma qualidade escolar, sendo assim o gestor atuará como um meio de tornar possível esta aproximação, tornando-os participativos e um exemplo a ser seguido pelo aluno, como também deve garantir que seus discentes tenham uma educação de qualidade, onde atenda suas necessidades e respeite-as com objetivo em seu ensino pleno. Pois como Freire (2014) defende, que os docentes não têm o direito a não serem esparançosos, tendo em vista os problemas da realidade educacional.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As escolas que participaram dessa pesquisa expuseram que tem desenvolvidos métodos para abranger a todos e proporcionar uma educação de qualidade baseada no respeito às diferenças. A instituição Francisco Hermínio Ponte salienta que as salas de aula contam com o atendimento necessário para suprir as necessidades dos alunos, além dos mesmos serem atendidos na APAE do município. Na a CEI Dolores Lustosa o atendimento especializado é executado por um professor do AEE formado em Psicopedagogia com Pós-graduação em educação infantil que executa sua prática com a criança no contra turno somente após uma anamnese com a família, para que possa ser trabalhado as dificuldades e limitações de cada criança; a Escola Coronel José Leôncio expõe que os docentes são assistidos pela psicopedagoga no contra turno, assim como a Escola José da Matta e Silva, porém em apenas dois dias da semana; já a Creche Inês Edite Ponte relata que o atendimento é executado somente por 40 minutos durante a aula.

Entretanto, nos 5 casos é notória a insuficiência de práticas pedagógicas inclusivas e equipamentos nessas instituições, pois segundo os dados fornecidos pelo INEP a primeira escola não conta com sala multifuncional, não tem banheiros adaptados e nem ambientes acessíveis para receber esses alunos, não há interprete e nem docente com formação continuada em educação especial. Diferentemente a segunda instituição conta com sala multifuncional e ambiente preparado além de contar com um número maior de alunos

inclusos nas salas de aula regulares em comparação com a primeira, todavia não conta com profissionais com formação especializada. Isso explicita o oferecimento irregular da educação a esse docentes, todavia o art. 208 da Constituição Federal no §2, responsabiliza a autoridade competente do poder público pelo não-oferecimento ou oferta irregular do ensino obrigado.

A segunda questão teve como objetivo entender como é realizados as contratações dos professores para lecionar nas instituições do município e como ocorreria todo o processo de admissão do profissional. O método de contratação dos professores deve ser por meio de seleções, realizadas pela Secretaria da Educação (SEDUC) na qual possui critérios para a seleção dos candidatos.

A Escola Francisco Hermínio Ponte não teve transparência ao responde essa pergunta, visto que, tanto a gestora como a coordenadora ressaltaram que esses assuntos não são responsabilidades das mesmas e somente a secretária de educação do município pode fornecer retorno dessas indagações.

Contudo, ao exploramos a conduta governamental exercida no lugar é possível discorre que as contratações ocorrem com mais frequência, sendo que, os candidatos às vagas tem mais probabilidade de conseguir o emprego se for aliado do partido atuante no período em questão. Nessa localidade também há provas de concurso e muito professores são admitidos. Já as outras instituições expõem claramente que as vagas são preenchidas por meio de seleções e concursos realizados pela prefeitura do município.

A terceira pergunta foi desenvolvida com o objetivo de questionar se nessas instituições os professores são formados em Pedagogia para atender o ensino infantil e fundamental, e em resposta unânime todas as escolas afirmaram ter profissionais graduados nessa área para melhor desenvolver os alunos na construção do saber, já que faz parte dos critérios de contratação possuir formação adequada para a atuação. É de suma importância relatamos essa conquista, visto que, por muito tempo os profissionais que ensinavam nas escolas eram leigos e contratados apenas por dominarem os conteúdos básicos. Todavia, faz se necessário que o governo garanta formação continuada para esses profissionais e cumpra verdadeiramente com as leis, para assim promover cada vez mais uma educação em ascensão em nosso país.

A quarta pergunta traz a importância de integrar os familiares no cuidado e permanência dos filhos na escola e como fazem isso.

A gestora e a coordenadora da Escola Francisco Hermínio relatam que são feitas reuniões com intuito de que os pais possam acompanhar o desempenho dos filhos, é realizado também palestras motivacionais e eventos escolares para que esse vínculo família e escola

seja fortalecido. A coordenadora da mesma escola relata que há também visitas domiciliares, sendo estas importantes para haver um melhor diálogo e solução de problemas.

A gestora da Escola Coronel José Leôncio relata que na instituição há acompanhamento diário da frequência dos alunos e havendo infrequência constante de algum aluno é realizado uma visita domiciliar para que a família e a gestão possa resolver a causa, essa prática segundo a gestora adequam aos pais em garantir a permanência e o zelo do aluno na instituição.

Nas Escolas José da Matta e o CEI Dolores Lustosa, as coordenadoras argumentam que para o zelo da permanência dos alunos na escola é trabalhado materiais didáticos com acompanhamentos pedagógicos, além de reuniões periódicas com os professores, pais e responsáveis, como também visitas domiciliares quando necessário. Contudo a coordenadora da Creche Inês Edite relata, que em sua instituição não há esse tipo de problema, pois seus alunos são assíduos.

Visto que o processo educativo deve ser desenvolvido com êxito, há a necessidade das escolas caminharem junto com as famílias dos alunos, na qual cada uma cumpra com as suas responsabilidades, de forma a reduzir as faltas dos discentes e desse modo, garantir o ensino de qualidade para todos. Além disso a relação entre o espaço escolar e familiar pode auxiliar os filhos no desenvolvimento da responsabilidade, encorajando-os a realizar suas atividades com comprometimento, contribui para uma interação maior do aluno em sala de aula.

Já na quinta questão foi perguntado para as gestoras e coordenadoras se a educação ofertada em suas escolas estava de acordo com os termos educacionais assegurados pela Constituição Federal de 1988. Em resposta ambas as escolas garantem que a educação ofertada está devidamente de acordo com a Constituição Federal, pois a mesma é considerada o principal instrumento norteador do direito à educação bem como os seus deveres para a construção da cidadania, além de serem fiscalizadas pelos órgãos competentes.

Na sexta questão sobre como as instituições asseguram a educação inclusiva, ambas relataram que é realizado o possível para que haja a inclusão, adequando suas práticas pedagógicas e estrutura física da instituição para que todos tenham a chance de desenvolver seus potenciais, Porém há uma extrema necessidade de capacitações para os docentes, problema esse pertinente em todas as instituições entrevistadas.

A instituição do Cariré tem parceria com a APAE duas vezes na semana no contra turno, lá eles recebem atendimento de profissionais como psicólogo, fisioterapeuta, entre

outros. Mesmo que haja essa parceria as condições de atendimento na sala de aula ainda deixam muito a desejar, as escolas tem obrigação de atender esses alunos, porém não há capacitação para que os docentes possam oferecer um ensino de qualidade.

É nessas escolas que acontece a inclusão somente nos dados estatísticos, a falta da mesma se deve não somente à formação dos professores, como também à concepção que ainda há sobre Educação Inclusiva e de como se pode solucionar na prática essa necessidade tanto aos alunos, bem como para a família e a escola que além de integrar esses alunos necessita também apoio para que toda a sala esteja em harmonia.

Na sétima pergunta foi abordado a forma em que o gestor escolar tem auxiliado os professores no trabalho pedagógico. Na Escola Cel. José Leôncio, do Município de Sobral, segundo a diretora há um acompanhamento aos planejamentos quinzenalmente contando ainda com a visualização das aulas e análises dos resultados de aprendizagem tudo em conjunto, ainda convém mencionar sobre os materiais pedagógicos fornecidos de acordo com a disciplina e os descritores trabalhados no dia.

Na Escola Francisco Hermínio Pontes do Município de Cariré, segundo a coordenadora pedagógica e a diretora o trabalho em parceria é feito pela a coordenadora pedagógica que auxilia e orienta para um bom trabalho. Diante das respostas um elemento não ficou esclarecido, distorcidamente a coordenadora relatou que o acompanhamento é semanalmente e a diretora fala que é diariamente, porém esse fato no momento não será meramente discutido.

Nas demais instituições foi possível observar diante dos relatos que os gestores mostram-se presentes nas escolas, através de observações, acompanhamento dos planejamentos semanais, orientação com diagnóstico, projetos, atividades dirigidas para o nível de cada turma e aluno, formação docente, material estruturado e formativo, comprometimento, criatividade, avaliação, motivação e com estudos nos resultados de aprendizagem. Entretanto vale ressaltar que essas respostas deixaram muito vago a respeito da prática dessas ações citadas e suas frequências de ocorrências no cotidiano escolar.

Nas instituições de ensino investigadas observamos que as entrevistadas aparentaram realidades divergentes, o planejamento é realizado em tempos diferentes, o auxílio de uma é descrita claramente como feedback e avaliação das aulas realizadas pelos os professores. Advém argumentar sobre o acompanhamento asseguração em quanto a isso, os materiais pedagógicos para as atividades realizadas em sala de aula e até mesmo para avaliações internas, nas escolas entrevistadas existem essa dedicação ao suporte para uma significativa aprendizagem dos educandos.

É notório que para um excelente funcionamento e melhoria no ensino é objetivo da administração da escola, ou seja, o trabalho coletivo é a base para o gestor escolar, o acompanhamento e maior participação de todos englobam diversas formas de trabalhar e resolver às dificuldades presentes, assim como no art.206 no seu inciso VI, a gestão tem que agir de forma democrática permitindo e fornecendo o empenho a todos, principalmente os agentes transformadores que são os professores. (FREITAS, 2008)

A oitava questão da entrevista tinham o enfoque na elaboração de projetos e programas que proporcionem aos alunos atividades que os retire das ruas para mantê-los na atividade de estudo. Nas escolas de Educação Infantil, CEI Dolores Lustosa e Creche Inês Edite, foi relatado que o projeto não existe por motivo de seu próprio nível escolar, entretanto, não foi possível constatar se houve tentativas para concluir que estes projetos não são viáveis, ou se por comodidade não foi pensado, pois, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o artigo 29 assegura o desenvolvimento integral da criança em diversos aspectos no educação infantil, e através destes programas seria possível a efetivação do artigo. Já na escola de ensino fundamental José da Matta, é trabalhado o reforço escolar no contra turno, aulas de campo, bandas de músicas, cursos de inglês, entre outros. Estes projetos se forem executados de forma adequada tornam-se formas de cumprir o artigo 32 da LDBEN.

Contudo, já a Escola Francisco Hermínio Pontes não consta projetos e nem programas fora de sala aula, a diretora ainda afirmou que até ano passado tinha o Programa Mais Educação que ocorria no contra turno, porém este ano não se funcionava na instituição.

Em análise a outra Escola, Coronel José Leôncio segundo a diretora, é fomentado o reforço escolar no contra turno, Feira de Ciências, as Olimpíadas e o Programa Novo Mais Educação, que esse último em observância é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar aprendizagem em língua portuguesa e matemática por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando tempo e permanência dos mesmos.

Na seguinte pergunta foi exposto se os funcionários da instituição participavam de alguma formação que os orientavam a trabalhar com crianças com necessidades especiais, na creche do Município de Frecheirinha foi dito de forma lastimosa que não há formação pra nenhum funcionário incluindo os professores, esta prática contradiz o artigo 67 no inciso II da LDBEN que assegura o aperfeiçoamento contínuo do profissional. Já nas escolas José da Matta e Dolores Lustosa foi afirmado a existência destas formações ocorrendo mensalmente ou de acordo com a necessidade ofertado pela SEDUC ou a própria escola.

Na Escola Francisco Hermínio Pontes, a coordenadora pedagógica e a diretora afirmam a realidade grotesca presente na instituição de ensino, criticamente relatam que a educação inclusiva é exigida pelo o sistema educacional porém não oferecem recursos e nem formação para a realização desse processo, a coordenadora pedagógica numa resposta bem objetiva esclarece que fazem adaptações de acordo com a realidade do educando. É perceptível que esse desrespeito é presenciado em várias outras escolas, mostrando que em Lei é assegurado tudo, mas na prática não se efetua.

Em vantagem a outra Escola Cel. José Leôncio, a professora do Atendimento Educacional Especializado tem formação mensalmente e participa de seminários proposto pela a prefeitura, advém uma breve constatação que todos deveriam ter a formação necessária, não apenas a professora do AEE, isso resultaria numa contribuição a uma educação verdadeiramente inclusiva. Como não é considerado um elemento lucrativo a educação inclusiva, ocorre à desvalorização e total desrespeito aos direitos humanos.

O último questionamento foi a respeito da forma como o Curso de Pedagogia deveria preparar seus acadêmicos para os desafios e possibilidades da escola pública na atualidade, em ambas foi ressaltado uma formação pautada na prática, pois as diretoras e coordenadoras de ambas as instituições, alegaram que a prática é a necessária na formação do pedagogos, ou seja, tem-se que ir além de observações e teorias, é preciso a relação dessa teoria com a prática para uma formação adequada e eficiente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização da pesquisa de campo abrangeu três cidades e um distrito de realidades um pouco opostas, o que resultou em respostas divergentes influenciando uma reflexão sobre a nossa atuação em quanto docentes nesses espaços escolares, pois irregularidades são presentes a todo instante o que nos impõe um comportamento militante. Após essa análise foi possível notar o quanto e como nosso sistema educacional se apresenta diante das leis que asseguram uma educação de qualidade.

Podemos identificar que não há um atendimento especializado de qualidade para o educando com deficiência durante as aulas, pois por mais que tenham no contra turno, há também a necessidade e haver um suporte nas salas de aula para esses alunos, em muitos casos há cuidadores para esses discentes, mas em outros não, além desses profissionais não executarem um atendimento educacional em cima da dificuldade de aprendizagem do aluno.

Assimilando todo o estudo analítico, o pedagogo na categoria de discente na universidade deve abraçar e aproveitar todas as oportunidades lançadas, participar dos grupos de estudo, pesquisas a iniciação científica, à docência, eventos, cursos, movimento estudantil, para que sua formação seja enriquecida por suas vivências adquiridas nesta etapa decisória. Precisamos nos especializar não para formar máquinas repetidoras, seres humanos programados à obediência, mas seres capazes de buscar sua própria autonomia, pessoas qualificadas no saber que não caem diante de uma calamidade política e nem de uma sociedade corrupta e desumana.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Candice Aparecida Rodrigues. **A ideologia na legislação da educação inclusiva**. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Ementas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Ementas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenações de Edições Técnicas, 2016. p. 123-125.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

Brasília – 2005. Lei no 9.394, de 20 de Dezembro, de 1993. P, 07

Concurso Público de Provas de Título. Disponível em:<[https://drive.google.com/file/d/1qksk2\\_KRy1T9IepygSI6VOZySRluJRCB/view](https://drive.google.com/file/d/1qksk2_KRy1T9IepygSI6VOZySRluJRCB/view)>. Acesso em 25/04/2019.

COELHO, Lígia Martha C. dá C. **Alunos no ensino fundamental, ampliação da jornada escolar e educação integral**. Educar em revista, n. 45, p. 73-89, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Município de Sobral. Disponível em:<<https://www.qedu.org.br/cidade/3692-sobral/ideb>>. Acesso em: 23/08/2019.

DE FREITAS, Katia Siqueira. **Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático - participativa na escola pública e formação da equipe escolar**. Em aberto, v. 17, n. 72, 2008.

LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. **Curitiba: Editora Positivo**, p. 47-69, 2009.

RODRIGUES, David. **Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 299-318, 2006.

Senado Federal. Senador RAMEZ TEBET. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.